

## CO-INCINERAÇÃO E MAIORIDADE

Artigo de Viriato Soromenho-Marques, publicado na revista Visão, edição de 9 de Março de 2006

O REGRESSO da co-incineração trouxe consigo os sintomas habituais que nos fazem duvidar se a sociedade portuguesa e o seu precário sistema de governação atingiram, ou não, a maturidade suficiente para assumirem a complexidade dos desafios ambientais, que constituem um dos fulcros vitais do futuro.

As sociedades contemporâneas, dominadas pela manipulação técnica da agenda científica, são sociedade de risco. Há, todavia, uma hierarquia de riscos em função do seu grau de probabilidade e perigosidade. Há também uma diferença *ontológica* na natureza dos riscos. Por exemplo, o risco de construir uma central nuclear, não deixa de ser menos incomensurável e eticamente obscuro pelo facto de existirem países, como a França, que embarcaram por essa via, aparentemente sem retorno. O risco é incomensurável porque não temos respostas para as questões de segurança do seu funcionamento e para a durabilidade exorbitante de resíduos radioactivos que não conhecem tratamento adequado. É moralmente obscuro por transferirmos para as gerações futuras os custos de problemas para os quais não temos qualquer solução.

O tratamento de resíduos industriais perigosos (RIP), pelo contrário, é um risco comensurável, que pode e deve ser assumido por uma sociedade civilizada. Na balança custo-benefício, os prejuízos de fechar os olhos são os piores, pois abrem o caminho para o crime ambiental do despejo, ou da queima indiscriminada, bem como da exportação, que constitui um expediente provisório, mas não uma solução efectiva.

O PRIMEIRO dos dois principais obstáculos que têm impedido a aceitação em Portugal da co-incineração, como parte razoável da solução para os RIP, residiu no modo como o Governo foi incapaz de apresentar apenas como parte de um *verdadeiro sistema de tratamento* dos RIP. Em 2000, o voluntarismo característico de José Sócrates queria co-incinerar, mesmo sem existir um registo fiável das quantidades e tipos de resíduos que suportasse uma estratégia coerente. Espera-se que desta vez a desejável sincronização entre os Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos (CIRVER) e a co-incineração em cimenteiras, contribua para que se perceba que apenas uma décima parte dos RIP serão visados por esse tratamento final.

O segundo obstáculo reside nessa estranha criatura que se dá a conhecer pelo nome de Comissão Científica Independente (CCI). Nos países com maior literacia científica, as Comissões de Sábios servem para *apoiar o processo de decisão política*. A CCI lusa, pelo contrário, nasceu com vocação para *substituir os políticos no processo de decisão*. Para os aliviar desse fardo. A verdade é que no seu Relatório de 2000, a CCI se atreveu a ultrapassar o seu já amplo mandato conferido pela Lei nº 20/99 de 15 de Abril, ao alterar as

localizações anteriores das cimenteiras onde a queima se iria realizar. Por incrível que pareça, o Governo aceitou. E a CCI tornou-se num factor de ruído, num triste espectáculo de dogmatismo sob máscara científica.

O novo relatório mostra a CCI a laborar nos mesmos erros. Sobra em paixão e ideologia o que falta em lisura gnosiológica e prudência ética. Uma das “novidades” deste relatório é o recurso às recentes propostas da Comissão Europeia, chefiada por Durão Barroso, para justificar a queima de óleos usados, em vez da sua regeneração. Tal atitude revela uma insensibilidade e uma ignorância. Insensibilidade para com os investimentos e a criação de empregos no sector da regeneração de óleos que foram efectuados, ou estão em curso em Portugal, mostrando que o ambiente e a economia podem e devem ter uma sinergia positiva. Ignorância relativamente ao facto de que hoje, em toda a Europa, a Comissão Barroso é encarada como a campeã de uma verdadeira desregulamentação ambiental, que apenas tem paralelo com aquilo que Bush tem desfeito na legislação ambiental federal dos EUA.

APENAS COMO parte da solução para os RIP, a co-incineração poderá ser uma opção aceitável. Ao contrário da incineração dedicada, a co-incineração não cativa fluxos de resíduos, não exige quantidades crescentes de materiais para rentabilizar o que seria o seu negócio exclusivo. A co-incineração é compatível com uma política consistente de redução, reutilização e reciclagem. É compatível com a modernização dos métodos de produção, apontando para novas e mais limpas tecnologias, para usos mais eficientes das matérias.

Mas esta flexibilidade técnica necessita de ser alimentada por transparência política, o que só será possível com comissões de acompanhamento que possam testemunhar a inocuidade das emissões e a aceitabilidade dos riscos. É preciso, contudo, que o voluntarismo de governantes e a arrogância de sábios não deitem, mais uma vez, tudo a perder.